



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0216/05	DATA: 29/3/2005
INÍCIO: 15h12min	TÉRMINO: 15h46min	DURAÇÃO: 34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 34min	PÁGINAS: 12	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Deliberação de assuntos internos e apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas. Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da segunda reunião e, sendo assim, indago se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado. Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovada. Esta reunião foi convocada para tratar de assuntos internos e ainda deliberação de requerimentos, consequentemente, a palavra fica depois franqueada aos Srs. Deputados. Mas quero informar que o Ministro da Justiça confirmou a audiência às 16h. E foi confirmado por todos, inclusive pelo Deputado Neucimar Fraga, que solicitou a audiência. Então, provavelmente, às 15h45min todos sairemos daqui e vamos numa van direto para o Ministério.

A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA - Vamos sair de onde, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Daqui do Anexo II mesmo, dessa portaria do Anexo II que fica mais fácil, mais pertinho. Então, às 15h45min estaremos lá. Quero dizer que, a princípio, seria até interessante, depois de eu falar dos requerimentos, a gente ter uma pauta mínima com o Ministro. E nós poderemos debater essa pauta mínima antes de irmos ao Ministro. Quero dizer que, com muita alegria, temos a presença do nosso Relator, Paulo Pimenta, alguém que já trabalhou em CPIs também, já trabalhou numa CPI contra o crime organizado no Rio Grande do Sul, consequentemente já tem experiência nesse sentido e tenho certeza de que trará, junto com os senhores e as senhoras, uma grande colaboração à nossa CPI. Eu já vejo a nossa CPI com muito trabalho. O Deputado Paulo Pimenta trouxe alguns recortes de jornais do Rio Grande do Sul que tiram aquela idéia de que o Paraguai é o único fornecedor de armas para o Brasil. Depois ele vai conversar com os senhores, mas outros países também têm as portas abertas para o tráfico de armas, infelizmente. Eu dei uma lida nesse relatório que foi feito pelo Viva Rio, um relatório bem interessante, acredito, com uma metodologia interessante. Ele chega à conclusão que, na verdade, na mão de delinqüentes do Brasil temos hoje em torno



de 4 milhões de armas; nas mãos de delinqüentes. Não são armas não-legalizadas. Ele coloca as não-legalizadas em torno de 5 milhões, e 4 milhões nas mãos do crime mesmo. Isso para nós termos uma idéia desse movimento. Coloca alguns dados interessantes, como a ligação do narcotráfico com o tráfico de armas muito estreita sempre, desde a ponta até os cabeças. E isso é bem interessante. Mas só esse número de 4 milhões já assusta bastante. Acho que poucos exércitos do mundo poderiam dizer que têm armamento desse tipo. Infelizmente, temos um exército fora da lei que tem um armamento desse tipo e de vários calibres inclusive. Então, é uma coisa que, sem dúvida nenhuma, preocupa bastante a gente. Temos alguns requerimentos do Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como todos os requerimentos têm o mesmo conteúdo, apenas muda o Secretário, que aprovemos em bloco os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A Secretaria fez um levantamento dentro disso que V.Exa. está falando. Porém, ela descobriu que do 1 ao 10 se referem a dados estatísticos; do 11 ao 18 me sinto um pouco prejudicado em votá-los porque... Vou ler o 11 para os senhores terem uma idéia: *"Requer seja realizada audiência pública na cidade de Vitória, com a convocação das autoridades relacionadas com a área de segurança do Estado"*. Ele requer no Paraná a mesma coisa; em Mato Grosso do Sul a mesma coisa...

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Sr. Presidente, pela ordem. É a partir do nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A partir do nº 10.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, Belo Horizonte. Tem razão. Então, é do 1 ao 9. Bem corrigido. Do 1 ao 9, eu não vejo problema de aprovar. Agora, do 10 até ao 18, temos de nominar essas pessoas. Eu não posso ter um requerimento aberto. E eu vou pedir inclusive à Secretaria da Comissão que fique à disposição do Deputado Josias Quintal para nominar essas pessoas junto com ele. Não tem problema nenhum. Então, em discussão os requerimentos de 1 a 9, que são sobre relatórios estatísticos referentes a apreensão de armas. Acho que



pedimos várias coisas dessas na sessão passada, mas esse é mais específico, e eu, particularmente, não vejo problema. Mas está em discussão. Não havendo quem queira discutir...

A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA - Eu quero discutir, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Com a palavra a Deputada Zulaiê Cobra.

A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, meus ilustres membros desta CPI tão importante, ontem eu estive no Ministério Público de São Paulo, que demonstrou muito interesse. Eu tinha ido lá para discutir FEBEM. Eu tinha ido lá pela Comissão de Segurança Pública; fui nomeada pelo Presidente Enio Bacci para discutir FEBEM. Mas a discussão caminhou também para a questão das armas. Eles estão muito interessados e querem participar; o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Mas a verdade é que aqui foram convocados os Secretários de Segurança Pública de todos os Estados, a meu ver quase todos. Agora, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sra. Deputada, permita-me um adendo?

A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A partir do décimo é que tem convocação dos outros. Do 1 ao 9 são só dados estatísticos.

A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA - Estou falando do 1 ao 9.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí são só dados estatísticos que ele está pedindo.

A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA - Mas é aí que está o problema. É sobre isso que quero discutir. Eu me lembro muitíssimo bem, o senhor foi testemunha, quando veio aqui na Comissão de Segurança Pública — V.Exa. era o Presidente —, o Presidente da FEBEM de São Paulo, que hoje é o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Secretário Saulo de Abreu. E ele não trouxe esses dados, quer dizer, trouxe mas não trouxe. E ficou uma audiência complicada, o senhor lembra disso. O senhor até ficou muito bravo. Eu tive de dar uma amenizada, porque ele ficou numa situação difícil. Então, Sr. Presidente, quanto a esse requerimento, que seja solicitado um relatório estatístico de



apreensão de armas no Estado. Quer dizer, é só para mandar o relatório, sem a presença do Secretário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, sem a presença. Aí é só o relatório. Isso fica bem claro: “Sr. Secretário de Segurança (...) relatório estatístico referente (...).” Não é a presença dele, é só o relatório.

A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA - Isso para mim não vai dar muito certo, mas não tem importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em discussão ainda. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado. Então, do item 1 ao 9 foram aprovados. Vou retirar de pauta os itens 10 ao 18, todos do mesmo teor, que é convocação de autoridades. Não que tenhamos qualquer coisa contra, mas temos de nominar as autoridades. Não pode ser um negócio aberto. E eu coloco à disposição do Deputado Josias Quintal a Secretaria da CPI para ajudar nessa indicação, se tiver alguma dificuldade. Mas temos de ter isso nominado.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Eu vejo também aqui uma... ele querer que seja realizada audiência pública nas cidades que ele diz. Também é um deslocamento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É algo que nós vamos pensar quando formos...

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Exatamente. É isso que submeto à reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Particularmente, quero até ponderar com V.Exas. que eu acredito que a CPI deve ir aonde existe o problema e aonde existem coisas concretas para apurar. É claro que tráfico de armas tem no Brasil todo. Mas, de preferência, eu não gostaria de ir a um local para dar discurso nem para ouvir discurso. De preferência, para fazer coisas práticas, operações em que a CPI possa colaborar, possa agilizar e possa tornar mais prático e produtivo o trabalho, até para justificar o deslocamento, se não acho mais fácil deslocar as autoridades de lá para cá, para elas nos darem um parecer, alguma coisa assim.



Seria bem mais fácil do que nos deslocarmos só para isso. Então, eu acho que, com a gama de informações que nós pedimos desde a reunião passada... eu já assinei, eu acho, uns 400 ofícios de solicitação de informações. Quando essas informações chegarem, nós teremos condições de fazer a seleção de quais linhas que estão mais perto de uma investigação produtiva e, então, investiremos nessas linhas investigatórias que tenham possibilidade de sucesso maior. Seria mais ou menos nesse sentido. O nosso Relator não teve a oportunidade ainda de se manifestar à CPI. Logo depois de V.Exa. e do Deputado Couto, eu vou dar a palavra ao nosso Relator para ele poder fazer uma manifestação e já contar algumas coisas que viu lá pelo Sul do País nesse problema do tráfico de armas. Pois não, Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Sr. Presidente, é acerca do Relator mesmo que quero me manifestar aqui. Esta é a primeira oportunidade que tenho de participar desta reunião da CPI já com o Relator indicado por V.Exa. Então, Sr. Presidente, quero parabenizar e cumprimentar V.Exa. pela feliz escolha e, claro, parabenizar também o nosso Deputado Paulo Pimenta, uma pessoa que aprendi a admirar no curso dessa nossa convivência aqui no plenário, aqui nas Comissões, aqui nesta Casa. Com a nomeação desse Relator, a Comissão toma o corpo e a estatura que ela deve ter, e nós esperamos que seja o resultado da Comissão o resultado da estatura do seu Relator, do seu Presidente. De modo que parabenizo V.Exa. pela escolha do nosso querido Paulo Pimenta. Parabéns, Paulo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputada. Deputado Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o Relator, Deputado Paulo Pimenta, e dizer que é importante, inclusive, na questão das convocações, que a Presidência, juntamente com a Relatoria, possa analisar para ver se aquele requerimento... se há prioridade na investigação naquele Estado, porque eu acho que no primeiro momento a gente deve ouvir as pessoas aqui, obter os dados, e, a partir das diligências, a partir das informações que o trabalho de inteligência for obtendo, a identificação, e até da apreensão, a gente vai verificando a importância da necessidade de se fazer audiências públicas nos Estados. Ele coloca sempre na Capital. Pode ser que um dia não seja numa Capital, mas seja num Município na divisa de Mato Grosso com...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou nas fronteiras.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nas fronteiras. Então, eu acho importante, primeiro, que haja essa... porque é importante a análise dos requerimentos para que a gente não fique aprovando tantos requerimentos e depois eles não são executados, e fica sempre aquele vazio. Daí a necessidade que se tem de fazer isso aqui. Acho que nesse primeiro momento, como V.Exa. dizia na última reunião, vamos ouvir as autoridades, vamos fazer os contatos, vamos obter as informações, porque pode ser, inclusive, que os relatórios estatísticos encaminhados pelos Estados não digam nada. E aí? A gente vai convocar um Secretário, que no relatório estatístico não revela nada, para não dizer nada? Acho que é necessário que a gente aproveite bem o tempo para investigar de fato aquilo que é o objeto: as organizações criminosas que fazem o tráfico de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Luiz Couto. O Deputado Pompeo de Mattos queria falar. Eu ia dar a palavra ao Relator, mas até prefiro ouvi-los, e depois o Relator fala.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro eu quero cumprimentar o Deputado Moroni Torgan pela assunção à Presidência da nossa CPI, que vai investigar a questão do tráfico de armas no nosso País, e dizer que o Deputado Moroni Torgan já é um velho conhecido não só das autoridades, como dos próprios criminosos pela forma como tem enfrentado o crime organizado. E eu sou testemunha disso porque participei da CPI do Narcotráfico. O Deputado Moroni Torgan foi o Relator daquela Comissão importante para o País e depois Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa. E agora, formada esta nova CPI, esta nova Comissão, o Deputado Moroni Torgan tem a honra de presidi-la, e nós temos a honra de sermos presididos pelo Deputado Moroni Torgan, o que, tenho certeza, nos dá a confiança de que vamos fazer um bom trabalho, um trabalho sério, alvissareiro, profundo e profícuo no sentido de investigar as organizações criminosas que alimentam o tráfico de droga, que alimentam a criminalidade com o tráfico de armas em nosso País. Também quero cumprimentar o Deputado Paulo Pimenta, que é nosso conterrâneo, amigo, parceiro e companheiro de muitas jornadas. E quero aqui, Deputado Moroni Torgan, recordar quando nós estávamos no auge da CPI do Narcotráfico, num debate na Rádio Guaíba, no Rio Grande do Sul, quando participávamos do debate, e estava



junto lá o Deputado Paulo Pimenta. E nós fazíamos ali um desafio, porque no Rio Grande também a criminalidade era muito grande — o narcotráfico, o crime organizado —, que precisava alguém chamar para si a responsabilidade e assumir a missão de fazer uma CPI no Rio Grande do Sul sobre o crime organizado, a exemplo de outros Estados, onde, por nossa sugestão — quando digo nossa é da Comissão, do Presidente, do então Deputado Magno Malta, hoje nosso Senador, e do nosso Relator na época, Deputado Moroni Torgan —, em muitos Estados foram formadas CPIs. Eu fazia esse desafio ao Deputado Paulo Pimenta, e ele aceitou o desafio no ar, na *Rádio Guaíba*. E não só aceitou como implementou. Nós alimentamos, inicialmente, com dados importantes, e a Comissão avançou. E, muito mais do que a nossa Comissão poderia fazer pelo Rio Grande, a Comissão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul fez no sentido de investigar o crime organizado. Enfim, teve lá o apoio da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Federal. Deu nos dedos de muitos maus policiais civis, muitos maus policiais militares. Então, o Deputado Paulo Pimenta tem um *know-how*, tem uma boa experiência. E quero dizer com isso que nós estamos aqui montando uma equipe. Pegamos o Relator da CPI do Narcotráfico, guindado à condição de Presidente da CPI do Tráfico de Armas. Aquele que foi o Presidente da CPI do Crime Organizado no Rio Grande do Sul, uma vez eleito Deputado Federal, agora é o Relator. E nós, que aprendemos e muito naquela Comissão como Sub-Relator, estamos aqui dispostos também a oferecer a nossa experiência, o nosso trabalho, com o entusiasmo que se requer, com a determinação e, eu diria, até com o tanto de coragem que é preciso ter para enfrentar uma investigação dessa natureza. Nós estamos aqui para colaborar e queremos ser parte integrante, ativa e participativa. Desde logo, então, desejo ao Deputado Moroni uma boa Presidência e ao Deputado Paulo Pimenta uma boa Relatoria. Podem contar com este peão aqui, porque nós somos parceiros nessa caminhada. Vamos enfrentar o crime organizado lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado, pelas referências. Eu tenho certeza de que todos os Deputados desta Comissão têm um partido só: defender o povo brasileiro, evitar que haja tantos homicídios por arma de fogo no nosso País, pois é o que está acontecendo hoje. E essa é a grande vantagem. Aqui vocês podem ver a representação na Presidência. O Presidente é



do PFL, e o Relator é do PT. E nos damos muito bem, obrigado. Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Moroni Torgan, e os demais Sr. Deputados e as Sras. Deputadas que compõe esta Comissão. E agradecer ao nosso Presidente pela delegação dessa tarefa, e também a todos aqueles colegas Deputadas e Deputados que nos permitiram atuar nesta CPI nesta função tão importante, que é a função de Relator. Eu acho, Presidente, em primeiro lugar, que estamos hoje diante de um tema que certamente é um dos temas mais sensíveis para a sociedade brasileira: o tema da violência, da criminalidade, abordado a partir da ótica do crime organizado, em especial no que diz respeito à questão do tráfico e do contrabando de armas. E é natural que a instalação desta CPI, até mesmo pela sua experiência como Relator da CPI do Narcotráfico, e hoje Presidente, pelo grupo de Deputadas e Deputados que fazem parte desta Comissão, tenha criado expectativa muito grande na sociedade brasileira com relação a esse trabalho que nós vamos desenvolver e aos resultados que a nossa CPI pode obter no sentido de colaborar com as instituições que têm por finalidade específica a sua atuação na área de segurança pública e mesmo no combate ao crime organizado. Eu tenho disposição de trabalho, Deputado Pompeo, que pretende exatamente garantir que possamos fazer um trabalho coletivo, que cada uma das Srs. Deputados e das Sras. Deputadas possam ter um espaço real de participação, pela sua experiência, pela participação importante que já tiveram em outros eventos como esse, pela sua formação profissional, pelo seu mandato. Creio que um dos segredos do sucesso desse trabalho vai ser exatamente essa possibilidade de cada um de nós ter um papel. E que nós possamos de fato atuar como uma equipe, Deputados Zico, Denise Frossard, Laura Carneiro, enfim, todos os colegas Deputados; que possamos traçar uma boa estratégia de trabalho. Eu quero dar conhecimento aos senhores e às senhoras, por exemplo, da importância que esse tema está adquirindo lá no Estado do Rio Grande do Sul. O jornal *Zero Hora*, há poucos dias fez matéria inteira com o senhor, Presidente. Página inteira; uma entrevista completa sobre o trabalho da CPI. E os 2 principais jornais do Estado, tanto o jornal *Zero Hora* quanto o jornal *Correio do Povo* enviaram repórteres seus para o Uruguai e para a Argentina. No *Zero Hora*, no último final de semana, a matéria de capa e a matéria central foi essa sobre os



repórteres que visitaram o Uruguai e a Argentina, que percorreram 450 quilômetros e visitaram diversos estabelecimentos, em diferentes cidades, acertando compra de armas, evidentemente com objetivo jornalístico, mas encontraram facilidade extrema e encontraram possibilidade de compra de armas de diversos calibres, armas de uso exclusivo do Exército de países de várias partes do mundo com uma facilidade espantosa, onde sequer documento era solicitado ou exigido. A única coisa garantida era dinheiro à vista. Comprar arma contrabandeada com cheque, com cartão, aí era demais. Mas com dinheiro compra qualquer coisa. Recentemente também, ilustre Presidente, a Polícia Federal no Rio Grande do Sul, como também a Polícia Civil e a Polícia Militar, identificou nas quadrilhas especializadas em assalto a banco e em assalto a carro-forte a utilização desse tipo de armamento. E algumas investigações inclusive revelam uma prática até mesmo inusitada, que é o aluguel dessas armas para a realização desse tipo de delito, desse tipo de crime. Então, locam arma para realizarem assaltos a carros-fortes, assalto a banco; metralhadoras, fuzis de uso militar e assim por diante. Então, o alcance do trabalho que temos a realizar é realmente muito grande. Temos toda a questão que envolve a fronteira dessa Região Norte do País, que é extremamente vulnerável. São vários os indícios, as investigações em curso que demonstram isso, seja a entrada pelo Suriname, pela Bolívia, pela Colômbia e assim por diante. Temos as questões que envolvem o Porto de Santos, o Porto de Paranaguá; temos toda a questão que envolve o Porto de Montevidéu. O Uruguai é um país que tem legislação sobre o controle de movimentação financeira extremamente branda. Conversando com o pessoal da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, é mais fácil obter uma informação da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos sobre movimentação financeira do que do Uruguai. E também é um país que tem legislação muito branda na questão do controle de armas. Então, você junta facilidade de lavagem de dinheiro com facilidade para aquisição e comércio de armas, duas características importantes para criar um cenário como nós estamos examinando. E, por fim, Sr. Presidente, uma questão que o senhor mesmo tem destacado como um dos principais ensinamentos da CPI do Narcotráfico. Há uma conexão muito grande hoje entre esses crimes: o crime que envolve o tráfico de drogas, o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro, mesmo o roubo e o furto de cargas no País. De uma forma geral, as estatísticas realizadas pela Polícia, seja ela a Polícia Civil, a Militar, a



Polícia Federal, demonstram uma conexão muito grande. São vários os depoimentos, os indícios. O Deputado Pompeo de Mattos também conhece bastante esse assunto, ou seja, dos traficantes que dizem que hoje na Bolívia e na Colômbia muito mais do que dinheiro a moeda de troca para aquisição da droga é a arma. Portanto, há uma grande conexão entre a questão do tráfico de armas e a questão do tráfico de drogas. E, evidentemente, todos nós sabemos que reside aí boa parte dessa mola propulsora que impulsiona o avanço da violência, da criminalidade, não do crime eventual como subproduto do desequilíbrio das relações econômicas e sociais, mas do crime organizado como negócio, como opção de parcelas, segmentos da sociedade que, diante da incapacidade de ação do Estado, optam pela atividade criminosa como negócio. Então, Sr. Presidente, acho que a nossa missão é muito importante, e eu espero colaborar e trabalhar de forma coletiva com todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, para que possamos fazer um trabalho coletivo e contribuir com o nosso País neste momento tão importante, fazendo com que o Congresso Nacional esteja à altura da expectativa e da responsabilidade que o povo brasileiro deposita em nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Paulo Pimenta. Deputado Josias Quintal, seus requerimentos foram aprovados até o de nº 9. Não foram aprovados os de nº 10 a 18 porque, para a convocação de autoridades, precisamos ter o nome das autoridades; não pode ser sem o nome. Então, eu coloquei a Secretaria da Comissão à disposição de V.Exa. para poder fazer a indicação dessas autoridades, e então nós poderíamos convocá-las. Aí vamos discutir se, de pronto, faremos audiências nesses locais ou convocaremos alguma autoridade para cá. Então, essa foi a dúvida que ficou no plenário da Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Muito obrigado, Presidente, companheiros Deputados. Justifico-me pelo atraso do avião. Meu avião atrasou 45 minutos e, portanto, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem problema. Seus requerimentos de 1 a 9 foram todos aprovados.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E é só essa a observação nos outros. Temos agora a ida ao Ministério da Justiça. O objetivo principal dessa



visita vai ser um trabalho que nós vamos realizar em conjunto com o Ministério da Justiça. Quer dizer, nós não podemos fazer um trabalho desse porte sem ter total apoio do Ministério da Justiça nesse sentido. Como eu falei, só com os documentos que nós vimos do Viva Rio já dá para ficarmos muito preocupados. Na verdade, são 4 milhões de armas nas mãos de bandidos no nosso País. Segundo: há uma estimativa usada, uma técnica para essa estimativa, e isso traz uma preocupação muito grande. Quatro milhões de armas é muita arma só nas mãos dos bandidos. Não estamos falando de armas ilegais, que seriam mais 5 milhões que estariam em condições ilegais e não seriam usadas pelos criminosos. Então, eu acho que o principal ponto da nossa visita ao Ministro é que ele tenha algumas pessoas que acompanhem a nossa CPI, que estejam em contato com a nossa CPI e que possam abrir as portas, quando chegarmos na fase investigatória, que será logo em seguida. Acho que dentro de 2 semanas já estaremos na fase investigatória da CPI e vamos precisar do total apoio do Ministério da Justiça. Eu não sei se algum dos senhores teria alguma outra idéia para conversarmos com o Ministro. Vocês vêem que o trabalho vai ser amplo. Por exemplo: na Região Norte temos o problema do tráfico de armas, que vão muitas vezes para a Colômbia em troca de cocaína. Quer dizer, onde há tráfico de arma e cocaína, fica tudo ligado. E muitas dessas armas vêm para o Brasil, outras vão para a Colômbia, mas em compensação a droga vem toda para o Brasil. É um negócio complicado que nós temos de vetar. No Rio Grande do Sul, agora com essa reportagem que o Deputado Paulo Pimenta traz, tem uma fronteira com o Uruguai totalmente aberta para a compra de armas do jeito que quiser. Fuzis, armas de grosso calibre. Mostram uma fronteira com a Argentina também aberta, e podendo comprar do jeito que for. Paraguai, todos nós sabemos, hoje é o maior comprador de munição da América, é o maior comprador de munição das nossas próprias fábricas. Ele não está em guerra, não tem nenhuma criminalidade que justifique essa compra de munição. Isso é sinal de que a munição está batendo no Paraguai e voltando para cá. Para nós vermos a extensão da CPI. Vamos ter muito trabalho no Uruguai, na Argentina, no Paraguai, em todas essas fronteiras; vamos ter muito trabalho com essas organizações. E, quanto mais alto a gente vai — nós já aprendemos isso na CPI do Narcotráfico —, mais difícil fica, porque começam a se cercar de advogados, disso e daquilo, e se acham bons cidadãos: são só investidores. Investidores no tráfico da vida, porque tráfico de arma



é para matar pessoas. Então, eu acredito que essa ida ao Ministério da Justiça será bastante produtiva, será bastante proveitosa. E eu vou dar por encerrada a nossa sessão hoje, lembrando que amanhã, às 14h30min, estaremos ouvindo aqui o Secretário Nacional de Segurança Pública. E teremos sessão reservada com ele, para que possamos falar abertamente algumas coisas que não podem ser divulgadas ainda porque são possivelmente passos de investigação que nós daremos em conjunto. Então, eu encerro, convocando reunião para amanhã, às 14h30min. E agora uma audiência com o Sr. Ministro. Aqui na portaria do Anexo II já tem uma Van nos esperando para irmos para a audiência.